



# CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT    Ano V    nº 35    08.09.2005

## Em defesa de nossos empregos

Nesta semana, exatamente na véspera de 7 de setembro - dia em que comemoramos nossa Independência, a CNM tomou conhecimento de proposta do Ministério da Fazenda(\*) de cortar drasticamente as nossas tarifas sobre as importações de bens industriais. A proposta, se aceita, mudaria as nossas "ofertas" nas negociações ora em curso na Organização Mundial do Comércio – as negociações sobre bens não-agrícolas (NAMA, na sigla em inglês).

A CUT, assim que tomou conhecimento do documento, reagiu. O companheiro João Felício enviou correspondência ao ministro Palocci condenando a abertura unilateral nas negociações e pedindo mais transparência no processo de definição das posições brasileiras. (ver abaixo)

A proposta da Fazenda foca principalmente na fórmula a ser empregada na chamada "desagravação tarifária", ou seja na forma que as tarifas aplicadas sobre nossas importações industriais serão reduzidas. A fórmula preconizada pela Fazenda inverte a lógica até agora seguida nas negociações pelo Itamaraty: ela prevê uma redução drástica de **35%** para **10,5%** na tarifa máxima de importação que o Brasil registrou na OMC. A Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul cairia na média de 10,77% para 7,39%.

Se aprovada essa redução, cerca de 82% das nossas tarifas de importação seriam reduzidas. O principal setor atingido seria o automobilístico, hoje protegido por uma tarifa máxima de 35% que cairia para 10,5% com a proposta. A tarifa efetiva (ou seja, a realmente aplicada aos produtos importados) é de 24,44%, inclusive para auto-peças – ela cairia para menos da metade.

Mas não apenas o setor automotivo seria atingido: a medida alcançaria quase todos os setores metalúrgicos e com grande impacto. Eletroeletrônico, Máquinas e implementos Agrícolas, Siderurgia – todos esses setores seriam fortemente atingidos com a diminuição de sua proteção frente aos produtos importados.

Segundo a Fazenda o setor industrial brasileiro estaria pronto para essa abertura porque "as empresas exportadoras tiveram, entre 1996-2000, um aumento de produtividade de 2,9%, quase duas vezes maior que a taxa média anual de crescimento da produtividade das firmas que não exportam (1,5%)".

Os setores produtivos escolhidos para perderem sua proteção foram escolhidos conforme os seguintes critérios: " a) aumento de proteção efetiva após a aplicação do PIS/COFINS sobre as importações; b) imposto de importação superior à tarifa média brasileira (10,7%); c) elevado grau de concentração; d) existência de condutas anticompetitivas. "

Na verdade o único critério objetivo é o do PIS/COFINS que passou a incidir sobre os bens importados. O elevado grau de concentração e as práticas anticompetitivas deveriam ser combatidas com outros critérios: afinal para que serve o CADE? Fora o setor siderúrgico não se sabe de outras medidas para coibir essas práticas nos setores escolhidos. Não são considerados na análise dois simples fatos: a valorização do real e o dólar baixo e as altas taxas de juros.

O que se pretende na verdade é submeter o setor industrial brasileiro a uma forte pressão esquecendo-se entretanto, das lições recentes: milhares de empregos perderam-se nos governos Collor e FHC diante de medidas semelhantes.

São primários os argumentos do documento governamental: "A exposição das empresas exportadoras ao padrão de competição internacional funciona como um incentivo à agregação tecnológica e à inovação, sendo, portanto, uma fonte importante de ganhos de produtividade para as empresas brasileiras, que poderão se refletir, também, em aumento dos salários reais

dos trabalhadores dessas empresas. " O didatismo não explica porque os ganhos de produtividade antes apontados não traduziram-se em salários melhores para os trabalhadores.

A Fazenda também não se preocupa com as conseqüências dessa mudança de posição frente as pretensões de liderança do Brasil no G4 e no Mercosul.

A CNM – CUT apóia a posição da nossa central sindical reivindicando mais transparência para as posições brasileiras e a consulta permanente dos trabalhadores e de outros interessados no estabelecimento dessa posição. Repudiamos medidas destinadas a reduzir a proteção para nossa industria sem qualquer estudo de seu impacto no emprego industrial.

(\*)A "Nota Técnica" do Ministério da Fazenda está na página do Sindlab, em [http://www.sindlab.org/download\\_up/Nota%20TE%20MFINAMA19-8-2005.pdf](http://www.sindlab.org/download_up/Nota%20TE%20MFINAMA19-8-2005.pdf)

## CUT alerta

**Leonardo Severo**

Em carta enviada ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o presidente nacional da CUT, João Antonio Felício, defende a necessidade da suspensão do processo em curso para a definição de posição brasileira nas negociações de Bens Não-Agrícolas (NAMA) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Soubemos que o Ministério da Fazenda está propondo uma mudança na posição brasileira, através da aceitação da *fórmula suíça* pura. Esta mudança provocaria uma forte redução tarifária de bens não-agrícolas, com resultados que podem ser desastrosos para o nosso país. Alguns ensaios que têm sido feitos demonstram que a aplicação dessa fórmula levaria a reduções de até 70% nas tarifas de setores importantes como os das indústrias automobilística, farmacêutica, siderúrgica, etc, somente para citar alguns exemplos emblemáticos", alerta o presidente da CUT, frisando que a entidade rejeita e se opõe severamente a esta proposta.

João Felício lembra que a CUT tem buscado acompanhar as posições e propostas do governo brasileiro nas negociações em curso na OMC, "tendo claro o significado que os resultados da Rodada de Doha podem ter sobre os empregos, os salários e as condições de trabalho no Brasil e demais países em desenvolvimento". Diante disso, a CUT defende "um processo mais amplo e mais global da estratégia e posicionamento que o Brasil defenderá na reunião de outubro que definirá os rumos da rodada ministerial". E mais, defende e reivindica "que as definições da posição negociadora brasileira, para as negociações da OMC, sejam em primeiro lugar transparentes (o que não tem acontecido) e que resultem de um amplo debate com todos os atores econômicos, políticos e sociais envolvidos". (Agência CUT de Notícias, 06.09.2005) [Clique e veja a íntegra do documento](#)

## Empresários reagem

**Empresários reagem à abertura maior; Furlan diz que só em 10 anos**

A proposta da Fazenda de uma abertura mais agressiva do mercado brasileiro para produtos industriais não deve ser aprovada pela Câmara do Comércio Exterior (Camex) na reunião do próximo dia 19.

De acordo com o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Piragibe Tarragô, a proposta ainda será discutida entre representantes do governo e o setor empresarial. "Primeiro, precisamos saber qual é a posição dos países desenvolvidos com relação à redução dos subsídios agrícolas, para então discutirmos a redução da tarifa de importação dos produtos industriais."

Para ele, a divulgação da proposta, atribuída à Fazenda, foi negativa para as negociações no âmbito da Rodada de Doha, porque a informação chegou aos países desenvolvidos antes de uma definição do governo brasileiro.

A proposta gerou reação dos empresários, que temem redução da produção nacional e perda de mercado interno. "Já temos problemas com o câmbio defasado e uma medida como esta nos deixaria ainda menos competitivos. Nossos concorrentes teriam a oferecer preços e taxas

de juros muito atraentes e nós, nada", disse o presidente da Voith Paper Brasil, Nestor de Castro Neto.

A proposta, atribuída à Fazenda, prevê a redução da tarifa máxima consolidada para bens industriais na Organização Mundial do Comércio (OMC), que é de 35%, para 10,5%. Já a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul na média cairia de 10,77% para 7,39%. Seria adotado o coeficiente 15 de corte de tarifas, o que tornaria mais homogêneo o regime tarifário do Brasil e atenderia à pressão dos EUA e da União Européia por um corte agressivo. "Em um prazo longo, como 15 anos, será possível aceitar uma redução mais forte", diz Soraya Rosar, uma das coordenadoras da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A avaliação do setor produtivo está alinhada com as recentes declarações do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, presidente da Camex.

"O Brasil não fará nenhuma abertura unilateral sem que haja concessão consistente por parte de outros países em produtos que o Brasil e o Mercosul têm grande interesse," disse ele ontem, em São Paulo. Para ele, uma meta desse tipo teria que ser feita gradualmente para ser atingida em 2016 ou 2017. (Kelly Oliveira e Sandra Nascimento) (*Gazeta Mercantil*, 09.09.2005)

## Setor automobilístico seria o mais atingido

### DA REPORTAGEM LOCAL

O corte de tarifas do Ministério da Fazenda atinge em cheio o setor automobilístico, hoje protegido por uma alíquota de importação de 35%, a máxima registrada pelo Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Se a proposta for encampada pelo governo, a tarifa máxima cairia de 35% para 10,50%. O setor automobilístico como um todo, incluindo fabricantes de autopeças, está sujeito a uma alíquota efetiva média de 24,44%. Esse percentual sofreria corte de 14,13 pontos percentuais, o maior entre os defendidos pela Fazenda.

Em seguida, na lista dos mais afetados pela proposta da pasta, aparecem armas e munições, couro e calçados, produtos têxteis, brinquedos, perfumaria, aparelhos de relojoaria, guarda-chuvas, chapéus e bengalas, com reduções que variam de oito a nove pontos percentuais na tarifa.

Aparelhos eletroeletrônicos, como televisões, teriam a alíquota máxima reduzida de 32,65% para 10,14%. Com isso, a tarifa efetivamente aplicada cairia seis pontos percentuais, de 16,18% a 10,14%.

O corte de tarifas é defendido pelo Ministério da Fazenda com o argumento de que elevará o potencial de crescimento da economia brasileira, ao forçar inovações tecnológicas das empresas e permitir a importação de insumos e matérias-primas de melhor qualidade a preços menores.

O setor privado diz que as empresas nacionais já são competitivas, mas precisam da proteção tarifária para compensar as desvantagens trazidas por juros altos, pesada carga tributária, precária infra-estrutura e real valorizado.

O corte radical de tarifas não é consensual entre outros setores do governo, que ainda discutirão a proposta. Caso ela seja adotada como posição oficial do Brasil, ainda será necessário convencer os outros três integrantes do Mercosul, Argentina, Paraguai e Uruguai, já que a TEC (Tarifa Externa Comum) do bloco seria reduzida de 10,77%, em média, para 7,39%.

A proposta final será levada à reunião ministerial da OMC marcada para dezembro, em Hong Kong. O encontro será decisivo para as negociações de abertura comercial da Rodada Doha, e o eventual fracasso na busca de um acordo colocará em xeque o sistema multilateral de comércio representado pela OMC.

O principal objetivo dos países em desenvolvimento, como o Brasil, é buscar concessões das nações ricas na área agrícola. As entidades da indústria dizem não aceitar serem usadas como moeda de troca na negociação. (CT) (*Folha de S.Paulo*, 08.09.2005)

## Brasil crescerá menos que outros países

Unctad prevê que Brasil crescerá menos que outros países da AL

O Brasil será a economia que apresentará o menor crescimento entre os principais países da América Latina em 2005 e um dos piores entre os países emergentes. A informação foi divulgada ontem e publicada no relatório anual da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad). Para o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luis Fernando Furlan, os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) estão "equivocados".

Pela projeção da ONU, o crescimento no Brasil será de 3% em 2005, bastante inferior a média de 4,2% da América Latina ou de 5,5% dos países emergentes. Na região, os destaques são a Argentina, com crescimento previsto de 7,5%, a Venezuela com 8% e o Chile com 6%. Mesmo Uruguai, Peru, Bolívia e Paraguai apresentarão taxas superiores de crescimento, segundo a Unctad.

Segundo Furlan, a avaliação da ONU não leva em conta o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no último trimestre. "Minha avaliação é de que o nosso crescimento será superior a 4%", disse o ministro. Para Furlan, nem mesmo a crise política afetará o crescimento da economia. "Estamos trabalhando", afirmou. Segundo as projeções da ONU, 2005 terminará com um crescimento do PIB mundial inferior ao de 2004.

O ano deve fechar com um incremento de 3%, com os Estados Unidos crescendo a 3,5%. Para os análises, fica claro que os Estados Unidos não podem mais conduzir o crescimento mundial sozinhos, e a Índia e a China estão se tornando os "segundos motores do mundo". A China tem já um peso tão grande que a média de crescimento dos países emergentes cai de 5,5% para 4,6% em 2005 se a China for excluída do cálculo.

### Aperto monetário

No caso do Brasil, o motivo da queda no ritmo de crescimento seria o aperto monetário - mesma avaliação que é feita sobre o México. Segundo a ONU, esse cenário de menor crescimento nessas duas economias afeta toda a região, que terá sua média de crescimento rebaixada de 2004 para 2005. Os análises lembram que a prioridade no Brasil está sendo colocada nas metas de inflação, provocando aumentos de taxas de juros.

Segundo a Unctad, portanto, investimentos e consumo privado diminuíram no último trimestre de 2004 e primeiro de 2005, afetando manufaturados, construção, comércio e comunicação. A ONU aponta que projeções oficiais do governo indicam que pode haver uma recuperação da demanda doméstica neste segundo semestre. Apesar do crescimento menor, a Unctad acha que a América Latina e, em especial o Brasil, vem sentindo um efeito mais reduzido que outras regiões quanto ao aumento dos preços do petróleo.

Segundo os analistas, o Brasil conseguiu fazer uma boa substituição do petróleo por recursos nacionais, entre eles o etanol, além de aumentar produção de hidrocarbonetos. A ONU também chama a atenção para o crescimento do comércio entre os países emergentes, um tema sempre defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas seus dados indicam que o Brasil ocupa apenas a 10ª posição entre os países do Sul que mais compram de seus colegas do Sul. O Brasil representa apenas 2,2% do que países emergentes importam de outros países pobres.

O Brasil, por exemplo, não está nem entre os 10 maiores compradores de manufaturas de outros países emergentes. Na classificação, é superado pelo México e a liderança é da China, que compra 21% de tudo o que se comercializa entre os países do Sul. Mas o Brasil consegue exportar mais que importa. O País tem 3,3% das vendas entre o Sul e ocupa 9ª colocação, superado pela Índia, Tailândia e Malásia.

Em produtos industriais, representa 2,4% do comércio Sul-Sul, e é o 3º em agricultura, com 10,6%. Surpreendentemente Argentina e China vendem mais ao Sul que o Brasil em produtos agrícolas. (*Tribuna da Imprensa, 03.09.2005*)

## Lucro de bancos cresce 34%

O lucro dos bancos atingiu R\$ 12,606 bilhões no primeiro semestre, alcançando um novo recorde. Em relação ao resultado do primeiro semestre do ano passado, houve um crescimento de 34,09%, segundo relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Os maiores ganhos ficaram concentrados no Bradesco, Itaú e Banco do Brasil (BB). Sozinhos, estes bancos abocanharam 57,07% de todo o resultado. O maior lucro, de R\$ 2,621 bilhões, foi o do Bradesco, que ocupa a terceira posição no ranking das instituições financeiras com os maiores ativos. No primeiro semestre do ano passado, o lucro dos bancos foi de R\$ 9,401 bilhões.

O incremento verificado no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado foi sustentado pelos ganhos obtidos com os juros altos e a cobrança de tarifas dos clientes. Os dados do BC revelam que, no primeiro semestre, o lucro dos bancos com operações de intermediação

financeira ficou em R\$ 41,650 bilhões." O valor é 24,96% maior que os R\$ 33,329 bilhões da primeira metade de 2004.

No primeiro semestre de 2004, a taxa básica de juros definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) acumulou uma queda de 0,50 ponto percentual. No primeiro semestre deste ano, ela estava em alta, tendo aumentado 1,5 ponto percentual. As receitas com tarifas, por sua vez, aumentaram 23,06% e subiram dos R\$ 15,464 bilhões obtidos no primeiro semestre do ano passado para R\$ 19,092 bilhões neste ano.

O relatório do BC aponta que as operações de crédito das instituições financeiras apresentaram, no mesmo período, uma elevação de 17,8%. O volume de empréstimos passou de R\$ 352,127 bilhões para R\$ 414,908 bilhões. O destaque, nesse caso, foi a forte expansão das operações com desconto em folha. Nos primeiros seis meses deste ano, o saldo dessa modalidade de empréstimo bancário experimentou um incremento de 48,4% e alcançou R\$ 18,720 bilhões. Em junho de 2004, estas operações somavam o correspondente a R\$ 8,664 bilhões.

A razão principal do crescimento é a taxa de juros cobrada nesse tipo de operação, mais baixa que a das outras modalidades de empréstimos. Para se ter um idéia, os juros médios dos empréstimos com desconto em folha, em junho, estavam em 37,2% ao ano, enquanto a taxa cobrada no crédito pessoal era de 76,2% ao ano.

O BC também registrou no primeiro semestre do ano um aumento de 12,85% do patrimônio líquido dos bancos. Com isso, o valor desse patrimônio subiu de R\$ 109,749 bilhões, em junho de 2004, para R\$ 123,855 bilhões no final de junho passado. Os ativos totais aumentaram 6,96% e passaram do R\$ 1,220 trilhão de 2004 para R\$ 1,305 trilhão. Os depósitos registraram elevação de 14,29%, passando de R\$ 499,376 bilhões para R\$ 570,784 bilhões. *(Tribuna da Imprensa, 03.09.2005)*

## **Greve de mecânicos pára produção da Boeing**

A Boeing Co. interrompeu a produção de aviões depois que o maior sindicato da companhia votou pela greve anteontem à noite. Essa é a primeira interrupção da produção da companhia em dez anos, disse um porta-voz.

Por uma margem de 86%, o sindicato International Association of Machinists and Aerospace Workers, com 18.300 membros, rejeitou a proposta de contrato de três anos que daria aos membros bônus em dinheiro de até US\$ 9 mil e incentivo de pagamento de até 15 dias todo ano.

Os líderes do sindicatos rejeitaram o contrato porque a Boeing não reconheceu as exigências por uma aposentadoria maior, mais segurança de emprego e menores custos do seguro saúde. O sindicato precisava de dois terços da maioria para votar pela greve ou o contrato de três anos entraria em vigor. Impulsionado pela vitória, o presidente do sindicato, Mark Blondin, disse ao grupo reunido no sindicato que a greve começaria imediatamente. "Essa greve não é sobre economia, mas sobre uma estratégia corporativa para quebrar os trabalhadores que construíram essa companhia", disse.

A Boeing informou que estava "decepcionada com o resultado da votação. Ninguém se beneficia com uma greve", mas que respeita o processo de negociação. Representantes dos dois lados da disputa não quiseram especular sobre o quanto de tempo a greve pode durar, mas tanto a companhia quanto o sindicato indicaram que estavam preparados para um impasse que pode durar semanas. A última vez que o sindicato entrou em greve, em 1995, a paralisação durou 69 dias. *(Tribuna da Imprensa, 03.09.2005)*

## **Volks pode cortar até 15 mil vagas**

A Volkswagen corta funcionários e busca outros centros de produção para fugir dos altos custos com mão-de-obra na Alemanha. Redução de quadros no país será superior a 10%.

A crise do setor automotivo alemão parece não dar sinais de alívio. A Volkswagen, uma das mais tradicionais montadoras de veículos do país, que já foi abalada este ano por denúncias de corrupção neste ano, anunciou no início desta semana um grande programa de corte de pessoal que pode atingir até 15 mil de seus 103 mil trabalhadores na Alemanha.

A Volkswagen, segundo seus próprios dirigentes, ainda não atingiu o nível de competitividade necessário para garantir uma boa posição no mercado internacional. Hoje, a empresa produz 6 milhões de carro ao ano, mas vende pouco mais de 5 milhões de unidades. Por isso, várias medidas de redução de gastos terão de ser empregadas nos próximos anos.

Embora seja uma empresa alemã, fundada em 1937, a Volkswagen descobriu, na última década, que produzir na Europa Oriental pode ser uma forma bem mais econômica de abastecer o mercado europeu. As fábricas da empresa na Polônia e na República Tcheca, por exemplo, apresentam uma

relação custo-benefício muito mais vantajosa para a empresa. Outros mercados europeus em que a renda média do trabalhador é inferior à alemã, como Portugal, também têm sido explorados pela companhia.

### Cortes de custos

Um intenso programa de redução de custos de produção, batizado de ForMotion, não foi suficiente para equilibrar as contas da montadora na Alemanha. "Não conseguimos contornar (as dificuldades), vamos ter de cortar custos com pessoal", afirma o presidente do Conselho de Administração da Volkswagen, Bernd Osterloh. Apesar das dificuldades, a direção da empresa anunciou que o resultado antes de impostos deste ano deve ser melhor que o de 2004.

Membros do IG Metall, o sindicato dos metalúrgicos alemães, protestam contra o corte de empregos em Berlim (foto: Frank Eßers)



Segundo Osterloh, o programa de cortes de funcionários na Alemanha vai atingir "milhares de trabalhadores". O presidente do Conselho de Administração da empresa recusou-se a falar em números concretos. Especialistas em mercado automotivo afirmam, entretanto, que a baixa utilização da capacidade instalada da montadora – em Wolfsburg, principal fábrica da Volks no país, a ociosidade está em torno de 30% – deve acarretar entre 10 e 15 mil demissões.

Uma das esperanças de salvação de postos de trabalho na Volks alemã é o utilitário compacto Marrakesh, que a empresa quer lançar nos próximos anos no mercado europeu. A montadora acenou com a possibilidade de adaptar a fábrica de Wolfsburg para produzir o veículo, mas ainda não tomou a decisão, pois quer evitar os altos custos com pessoal da Alemanha. Por isso, cogita produzir o utilitário em Portugal, na fábrica de Leça da Palmeira.

### Marrakesh: mil empregos

A produção do Marrakesh em Wolfsburg poderia preservar cerca de mil empregos na Alemanha. Entretanto, a decisão de montar o utilitário no país adicionaria um custo de aproximadamente 883 euros por unidade, de acordo com a direção da empresa. Por isso, Osterloh disse que é importante que os custos com encargos trabalhistas na Alemanha – cerca de 20% superiores aos de outros mercados – sejam reduzidos de forma definitiva.

Para produzir o veículo utilitário na Alemanha, a Volkswagen está exigindo um acordo especial para a contratação de mão-de-obra que evitaria o pagamento de salários mensais superiores a 2500 euros. A decisão sobre a produção do Marrakesh deve sair até o fim deste mês.

O programa de demissões da Volkswagen tem um desenho muito parecido com outros já aplicados em todo o mundo. Funcionários com menos tempo de casa, por exemplo, estarão mais suscetíveis a perder o emprego. Trabalhadores com idade superior a 54 anos, mesmo em cargos administrativos ou de chefia, poderão requerer aposentadoria antecipada.

### Crise no Brasil

A Volkswagen emprega mais de 400 mil pessoas no mundo. No Brasil, são 22,3 mil funcionários. A empresa cortou cerca de 4 mil postos de trabalho no país, em 2003, em um programa de redução de custos que custou 120 milhões de euros à matriz. Após o período de crise, a subsidiária brasileira da Volkswagen desenvolveu o modelo Fox, um sucesso de vendas, que a partir deste ano é vendido também no mercado europeu. (*Deutsche Welle, 06.09.2005*)

### Volks nega corte de 14 mil empregos na Europa

O fabricante automobilístico alemão Volkswagen desmentiu ontem sua intenção de acabar com 14 mil empregos em toda a Europa, como divulgaram diversos meios de comunicação alemães. "Não há nenhuma cifra. Falamos de custos, não de cabeças", disse ontem um porta-voz da companhia, que desmentiu as informações publicadas pela imprensa alemã.

O presidente do consórcio automobilístico, Bernd Pischetsrieder, explicou na segunda-feira em reunião com empregados na central de Wolfsburg, Norte da Alemanha, que a companhia porá em andamento ações para reduzir sua equipe neste país, algo que afetará os empregados de todos os níveis.

Ele acrescentou que, embora as cifras de vendas tenham subido, o consórcio tem um excesso de capacidade de produção e, por isso, se esforçará mais para reduzir postos de trabalho. O jornal "Frankfurter Allgemeine Zeitung" cifrou ontem em 14 mil os empregos que o maior fabricante automobilístico europeu eliminará na Europa, enquanto o semanário "Spiegel" assegurou que a empresa acabará com 10 mil postos na Alemanha. (EFE)

## Carta de Michael Moore ao sr. Bush

Sexta-feira, 2 de Setembro de 2005

Estimado Mr. Bush:

Tem alguma idéia de onde estão nossos helicópteros? Já é o quinto dia depois do Katrina e milhares estão aprisionados em New Orleans à espera de serem evacuados. Onde teria o Sr enfiado todos nossos helicópteros militares? Precisa de ajuda para encontrá-los? Homem, uma vez perdi meu carro num estacionamento. Foi um desastre!

Tem alguma idéia de onde está a Guarda Nacional? Poderíamos usá-la agora para as atividades para as quais foi criada, por exemplo para ajudar em caso de desastres nacionais. Como é que não estavam aí?

Quinta feira passada, estava eu no sul da Flórida e sentei fora enquanto o olho do Katrina passava sobre minha cabeça; era só de categoria 1, mas foi o feio o bastante para assustar qualquer um. Onze pessoas morreram e até hoje há lares sem luz. Aquela noite, os meteorologistas disseram que o Katrina se dirigia a New Orleans. Isso foi na quinta! Ninguém lhe falou? Sei que o Sr. Não queria interromper suas férias e sei também que não gosta de notícias ruins. Aliás, o senhor tinha que ir aos jantares para arrecadar fundos e tinha as mães dos soldados mortos que era preciso ignorar e caluniar. Bem feito!

Gostei de que, no dia seguinte ao furacão, ao invés de voar para Louisiana, o senhor tivesse ido para San Diego, para se divertir com seus amigos de negócios. Não deixe que as pessoas o critiquem por isto; afinal, o furacão já tinha passado, e que caralhos o senhor poderia fazer? Enfiar um dedo no buraco? E, nos próximos dias, não dê ouvidos àqueles que denunciarão que, neste verão, o senhor reduziu especificamente o orçamento do Corpo de Engenheiros do Exército para New Orleans, pelo terceiro ano consecutivo. O senhor lhes deve dizer que, mesmo que não tivesse cortado o \$ para reforçar as defesas contra a água, não haveria engenheiros para fazer a tarefa, já que o senhor lhes destinara uma tarefa bem mais importante: CONSTRUIR A DEMOCRACIA NO IRAQUE!

Me permita-me lhe dizer que, no terceiro dia, quando finalmente suspendeu suas férias, fiquei emocionado ao ver que o senhor o Air Force One voar abaixo das nuvens, para dar uma olhada no desastre. É..., eu sei que o senhor não podia descer, pegar o megafone, ficar em pé sobre os escombros e agir como um verdadeiro comandante em chefe. Com voar abaixo das nuvens era suficiente, pronto! Já cumpriu!

Haverá agora quem tente politizar a tragédia e usá-la contra o senhor. Faça com que seu pessoal denuncie essa ação como uma manobra. Mas não responda. Nem sequer para esses cientistas peçonhentos que previram que isso iria acontecer, porque as águas do Golfo de México não paravam de esquentar, tornando a tormenta inevitável.

Ignore-os e ignore todos seus gritos sobre o aquecimento da Terra. Não Sr Bush, não afrouxe. Mantenha o rumo. Não é sua culpa que 30% de New Orleans viva na pobreza, ou que dezenas de milhares não tivessem transporte para sair da cidade. Vamos! São negros! Quero dizer, não é como se isto houvesse acontecido em Kennebunkport. Já pensou, deixar gente branca vivendo em cima do telhado durante cinco dias? Não me faça rir! A questão racial não tem nada - NADA a ver com isto.

O senhor fique tranqüilo, Mr Bush. Nada mais tente encontrar alguns de nossos helicópteros do Exército e envie-os para lá. Faça de conta que o pessoal de New Orleans e da costa do Golfo estão perto de Tikrit.

Seu,

Michael Moore

PS: Essa mãe molesta, Cindy Sheehan, já não está em sua porta. Tanto ela como dezenas de parentes de outros mortos da guerra no Iraque estão viajando agora através do país fazendo manifestações em muitas cidades do caminho. Talvez o senhor possa alcança-lo antes que cheguem a Washington em 21 de setembro. (Tradução de ALAINET)

**CNM-Internacional** é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada  
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes  
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)  
[internacional@cnmcut.org](mailto:internacional@cnmcut.org) <http://www.cnmcut.org.br>